



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

**Discurso de Abertura do Seminário
“O Novo Quadro Macro-Económico, as Medidas Anti-Crise e a Revisão do
PEC”**

Pedro Ferraz da Costa

Realizámos em 27 de Outubro de 2008 a já habitual conferência sobre o Orçamento de Estado.

A apresentação do Programa de Estabilidade e Crescimento e do Orçamento Suplementar de 2009 seriam, só por si, justificação para nova reunião. Mas o adensar da crise internacional, que se abate sobre a nossa, levou o Forum a considerar importante discutir toda esta temática e sobretudo tomar posição pública sobre o que, da nossa discussão de hoje, possa surgir em termos de medidas a aconselhar ao Governo.

O Governo, tendo passado dum posição de optimismo transbordante, em que depois de achar que a crise não chegava à zona Euro anunciou que a folga obtida por redução do déficit – como se isso fosse verdade – poupava Portugal à crise, já reconheceu que as dificuldades estão aí e são sérias.

Sem pretender anteceder o debate, posso desde já dizer que não acredito que em 2010 estejamos a recuperar. Penso, pelo contrário, que encaramos uma possibilidade séria de deflação a estender-se para 2010.

E é para esse cenário que nos devemos preparar.

A análise de crises financeiras anteriores, bem menores do que esta e muito circunscritas regionalmente, o que permitiu a muitos países uma saída pelas exportações num período de grande crescimento do comércio internacional, já nos mostrou que a recuperação demorou entre 3 a 6 anos quando olhamos para a queda do produto, das acções e do imobiliário e para o aumento da dívida pública e do desemprego, com este a ser o indicador de recuperação mais lenta.



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

O facto da crise actual ser global, tornará tudo mais difícil.

Ora, neste enquadramento, contar com uma recuperação rápida, nem como factor de motivação psicológica pode ser aceite, porque todas as empresas e trabalhadores já bem perceberam que a recuperação será muito difícil e para muitos nem sequer existirá.

A crise actual é de excesso de crédito e de consumo, muito para além das possibilidades, nomeadamente do mundo ocidental, e assistir-se-á, por um lado, a um ajustamento sério da procura, mas sobretudo a uma aceleração do ajustamento estrutural da economia.

Para muitos, a saída da crise terá de significar também novas actividades.

E a possibilidade de mudar, de se adaptar é dos aspectos em que Portugal está pior. Refiro-me à flexibilidade indispensável e a exemplos anteriores em que a nossa economia foi das que mais tempo levou a sair das recessões. Actualmente, aliás, ainda não tínhamos saído da de 2003.

As medidas anunciadas pelo Governo, que têm concerteza importância para as empresas e para os que perderam o seu posto de trabalho, não deixam de conter limitações incompreensíveis. Refiro-me a subsídios condicionados à manutenção de efectivos – como se alguém sério se quisesse e pudesse comprometer a isso, à celebração de contratos sem termo – outra abstracção perigosa e ideológica em qualquer momento, mas sobretudo agora e, ainda à limitação referente ao inoportuno agravamento da TSU nos recibos verdes e nos contratos a prazo. Refiro-me também à limitação referente à dimensão das empresas que significa, no fundo, limitar a possibilidade de acesso a um emprego a quem tem o azar de só o ter encontrado numa empresa um pouco maior. Não seria até desejável que as que estão em sectores em expansão duplicassem ou triplicassem a sua dimensão e assim ajudassem a compensar os sectores em declínio?

Estas limitações devem-se com certeza a governantes pouco esclarecidos e a gabinetes povoados de inimigos da iniciativa privada. Mas devem-se também a



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

uma crença ressuscitada de que o Estado é que há-de salvar a economia e a uma leitura superficial e desfasada no tempo do que eram as condições prevaletentes quando Keynes escreveu. Os Orçamentos, na época, representavam 15 a 20% do PIB, o comércio internacional era incipiente e o modelo aplicava-se a economias fechadas.

Olhando para a situação actual do nosso País, ninguém poderá pensar, se tiver um mínimo de seriedade intelectual, que a solução não passará por conter a procura interna para controlar o desequilíbrio externo (que é insustentável) pela transferência de população activa dos sectores produtores de bens não transaccionáveis para os sectores de bens transaccionáveis e da administração pública e empresas fornecedoras de bens não sujeitos à concorrência para o sector exportador.

Aumentar os funcionários 2,9% perante desempregados que encontrarão trabalho a salários 20 a 30% inferiores aos que auferiam e perante jovens que começam a trabalhar a níveis muito inferiores aos dos seus familiares, mesmo quando têm muito mais habilitações, pode ser eleitoralmente compreensível, mas é um sinal péssimo sobre onde devem ver o futuro.

Aguardamos que as organizações empresariais tomem posição na defesa desassomburada e corajosa de condições flexíveis de funcionamento, de regras laborais menos constringedoras, de menos burocracias nos licenciamentos, em suma, de apoio às empresas para que se possam adaptar e crescer. E que tomem alguma posição pública sobre o que são condições mínimas para o investimento reprodutivo e de consideração pela sociedade quanto aos riscos que são obrigados a tomar todos os dias.

Dos sindicatos deveríamos poder aguardar que a situações novas correspondessem atitudes novas de colaboração e não o lançamento de guerras porque, por exemplo, se mudou de companhia prestadora de seguros de saúde...



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Temos que louvar e premiar o trabalho mas não podemos permitir que se esqueça que o capital duma empresa é trabalho e saber acumulado ao longo de muitos anos, que também deve ser louvado e remunerado, sob pena de desaparecer.

18 Fevereiro 2009